



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 17/04/2019



Desastres de barragens de mineração: lições do passado para reduzir os riscos atuais e futuros

Em 25 de janeiro de 2019, o município de Brumadinho, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, foi devastado pelo desmoronamento da barragem 1 da mina de ferro Córrego do Feijão, empresa da Vale. A explosão da barragem causou um dos piores desastres de barragens de mineração do mundo desde 1960. Cerca de 13 milhões de m³ de rejeitos de mineração foram derramados, causando enormes impactos ambientais, em particular no rio Paraopeba, bem como perdas humanas com pelo menos 300 mortes.

Para compreender este desastre e sua importância para a saúde pública, três consequências precisam ser consideradas, que podem ou não estar ligadas umas às outras: (i) a interrupção da vida cotidiana local ou regional normal, envolvendo recursos materiais, culturais, econômicos e ambientais; perdas e danos, assim como aumento de riscos, doenças e mortes; (ii) sobrecarga da capacidade institucional local ou estadual acima de sua capacidade de trabalho ao usar os recursos próprios; (iii) alteração de contextos em que riscos e doenças são produzidos após o evento, tanto em relação às características preexistentes quanto às novas, resultando em sobreposição de condições de risco e danos ambientais e humanos entre territórios e populações afetados que podem durar meses ou até mesmo anos.

FONTE: <http://www.scielo.br/pdf/ress/v28n1/2237-9622-ress-28-01-e20180120.pdf>



Brasil: alerta de 'bomba-relógio' sobre desastres em barragens de mineração

De David Shukman

O colapso catastrófico de uma barragem em uma mina no Brasil expôs um lado mais sombrio de uma indústria da qual o mundo depende

Em quase 800 locais em todo o país e milhares em todo o mundo, as barragens contêm enormes quantidades de resíduos de mineração.

Um cientista britânico, Dr. Stephen Edwards, da UCL, alertou que "estamos sentados em uma bomba-relógio".

Ele disse à BBC News que novos desastres são inevitáveis.

Enquanto a ameaça das minas de minério de ferro é o volume e o peso dos seus resíduos, o perigo das minas de ouro é a sua toxicidade.

Em 2015, outra barragem no estado de Minas Gerais entrou em colapso, matando 19 pessoas e envenenando todo um sistema fluvial, e muitos moradores locais e observadores presumiram que controles mais duros sobre a indústria de mineração se seguiriam.

Em vez disso, os especialistas ficaram chocados ao ver a administração do estado se tornar mais branda com uma política chamada "flexibilização" - as licenças para minas e represas poderiam ser aprovadas com mais facilidade.

FONTE: <https://www.bbc.co.uk/news/amp/science-environment-47159216>



O que é resiliência equitativa?

Este resumo de discussão examina a equidade e delineia quatro elementos-chave para a construção de resiliência equitativa no desenvolvimento e gestão de riscos de desastres: reconhecendo subjetividades, trabalhando para inclusão e representação, trabalhando em escalas e promovendo mudanças transformadoras.

O conceito de resiliência ganhou destaque nos últimos anos como um dos principais objetivos dos esforços para se adaptar à mudança climática e reduzir os riscos de desastres. Essa visão sustenta que, embora algumas pressões e choques possam ser inevitáveis, as sociedades resilientes estarão mais bem preparadas para enfrentar, recuperar e adaptar - ou mesmo para fazer mudanças fundamentais para a transformação. No entanto, apesar de todo o interesse pela resiliência, ela tem sido criticada por não levar em conta as relações de poder e

como a complexidade da dinâmica social determina os resultados das mudanças ambientais e da governança.

Este resumo de discussão examina a equidade. A equidade coloca o foco nas necessidades das pessoas desfavorecidas pelas relações de poder e desigualdades de oportunidade, e em como essas barreiras ao florescimento humano podem ser identificadas, compreendidas e abordadas. Nessa perspectiva, o aparente insucesso da resiliência em atender às dimensões distributiva e de poder dos desafios ambientais e de desenvolvimento limita o conceito de análise e prática.

Com base em uma análise sistemática da literatura revisada por pares sobre a resiliência socioecológica, incluindo uma ampla gama de críticas, este resumo considera o que o conceito de resiliência significa na prática para o desenvolvimento, adaptação e redução do risco de desastres. O objetivo é conseguir uma resiliência equitativa. Quatro elementos-chave da construção de resiliência equitativa são identificados:

- Reconhecendo as subjetividades: como os contextos sociais, as relações de poder e a categorização das pessoas determinam os direitos sociais e econômicos
- Trabalhar para a inclusão e representação e evitar processos que privem alguns grupos
- Atendendo a múltiplos níveis de governança, bem como aspectos geográficos e temporais de escala
- Promover a transformação do (s) sistema (s) quando os arranjos existentes degradam o bem-estar ou aumentam os riscos para certos segmentos da sociedade

FONTE: <https://www.sei.org/wp-content/uploads/2019/04/equitable-resilience-discussion-brief-ensor.pdf>



Referência em programa pioneiro, equipe de Areal conhece o Defesa Civil nas escolas em Petrópolis

Inédito no país e premiado nacionalmente, o programa Defesa Civil nas Escolas virou referência para outros municípios. O Secretário de Educação, José Roberto Zimbrão Ribeiro, agentes da Defesa Civil e da Guarda Municipal de Areal visitaram o C.E.I. Jorge Rolando da Silva, no Morin, para conhecer a parte prática do programa desenvolvido em Petrópolis. O objetivo é implantar Defesa Civil nas Escolas em 50% da rede municipal de Areal, ainda no segundo semestre.

Durante a visita, a equipe conheceu as atividades que são oferecidas nas salas de aula. O C.E.I realizou trabalhos de educação ambiental com alunos do quarto período, e o

programa atendeu 130 crianças. Foram apresentadas duas turmas aos agentes, uma fez um projeto que transformou garrafas pet em brinquedos, e a outra reciclagem de papel.

O secretário de Educação de Areal, José Roberto Zimbrão Ribeiro, acompanhou a visita e ficou impressionado com o desenvolvimento do programa na unidade de ensino. “Vimos na prática a execução do programa, e é excelente. O município está de parabéns! As crianças muito engajadas e o trabalho de prevenção sendo realizado de forma educativa”, disse o secretário.

“Hoje viemos conhecer a Defesa Civil nas Escolas, pois queremos implantar o programa na nossa rede de ensino. Petrópolis é referência em trabalhos da Defesa Civil e estou muito emocionado em ver de perto como funciona o programa”, destacou o Coordenador de Defesa Civil de Areal, Antônio Sérgio Gandra.

“Este ano a Defesa Civil nas Escolas foi implantada na educação infantil da rede municipal. E mostramos para a equipe de Areal o trabalho que o programa vem desenvolvendo dentro da unidade. Somos referência para as cidades vizinhas e pioneiros no país com o programa que está cada vez mais sendo ampliado”, afirmou o secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias, coronel Paulo Renato Vaz.

A diretora do C.E.I. Jorge Rolando da Silva, Mônica Achão, contou a como o programa pode modificar a vida dos alunos no futuro. “As crianças são multiplicadoras. Hoje estão aprendendo sobre reciclagem, cuidando do mundo e futuramente serão preocupados com as questões ambientais. Eles terão uma mudança de comportamento em relação ao lixo, logo contribuindo para um bem coletivo e para o planeta”, frisou a diretora.

O programa que é realizado nas salas de aula da rede municipal, insere os assuntos nas instituições de ensino, oferecendo a oportunidade de crianças e adolescentes desenvolverem a cultura de prevenção aos desastres de origem natural e de percepção de riscos. No ano passado – primeiro ano da política pública – foram realizadas 170 atividades dentro do Defesa Civil nas Escolas, com a participação de 103 colégios da rede, oito particulares e um estadual.

FONTE: <https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/referencia-em-programa-pioneiro-equipe-de-areal-conhece-o-defesa-civil-nas-escolas-em-petropolis-164641>



Guia para o controle biológico clássico de pragas de insetos em florestas plantadas e naturais

As pragas de insetos danificam milhões de hectares de floresta em todo o mundo a cada ano. Além disso, a extensão de tais danos está aumentando à medida que o comércio internacional cresce, facilitando a disseminação de pragas de insetos e à medida que os impactos da mudança climática se tornam mais evidentes. O controle biológico clássico é uma abordagem experimentada e de baixo custo para o manejo de pragas florestais invasivas. Envolve a importação de “inimigos naturais” de pragas não-nativas de seus países de origem com o objetivo de estabelecer populações permanentes e autossustentáveis capazes de reduzir de forma sustentável as populações de pragas abaixo dos níveis prejudiciais. Um grande conhecimento sobre o controle biológico clássico foi acumulado em todo o mundo nas últimas décadas.

Esta publicação, que foi escrita por uma equipe de especialistas, resume essas informações em um guia claro e conciso que visa ajudar os profissionais de saúde florestal e os gerentes florestais - especialmente nos países em desenvolvimento - a implementar programas clássicos de controle biológico bem-sucedidos. Ele fornece uma teoria geral e diretrizes práticas, explica o "por que" e "como" do controle biológico clássico na silvicultura e aborda os riscos potenciais associados a esses programas. Possui 11 estudos de caso de esforços bem sucedidos em todo o mundo para implementar o controle biológico clássico.

FONTE: <http://www.fao.org/3/ca3677en/CA3677EN.pdf>



Redução da pobreza rural é essencial para atingir objetivos globais, diz publicação

A redução da pobreza rural é urgente e necessária para que as sociedades atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), pois ela está interligada aos desafios globais — desde os efeitos das mudanças do clima até o fornecimento global de alimentos e a igualdade de gênero.

Esta é uma das principais conclusões da nova edição da revista Policy in Focus: intitulada em inglês “Rural poverty reduction in the 21st century” (“Redução da pobreza rural no século 21”). A publicação é do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD).

Embora a pobreza global tenha diminuído nas últimas décadas, inclusive nas áreas rurais, ela continua sendo uma característica persistente nas sociedades: cerca de 80% das pessoas extremamente pobres no mundo vivem em áreas rurais. Ao estabelecer o ODS 1 – acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares – a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas também expressa a urgência por esforços de desenvolvimento mais eficientes e eficazes nas áreas rurais.

Nesse sentido, a nova edição da revista avalia o contexto histórico e o estado atual da pobreza rural, aborda os principais fatores e desafios para a redução da pobreza em áreas rurais e debate a interconexão entre os ambientes urbano e rural. A revista conta ainda com os editores especialistas convidados Ryan Nehring (Universidade de Cornell) e Ana Paula de Campos (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO) e 14 artigos com uma ampla gama de perspectivas de autores que vão desde organizações internacionais até a academia.

Carlos Oya (Faculdade de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres) apresenta uma visão crítica da abordagem “pró-pequenos proprietários (rurais)” para a redução da pobreza rural, lembrando-nos que as pessoas mais pobres nas áreas rurais normalmente dependem de salários para sua subsistência.

Linden McBride (St Mary’s College de Maryland) e Esteban J. Quiñones (Universidade de Wisconsin-Madison) discutem as especificidades da persistência da pobreza e explicam suas armadilhas, considerando a dinâmica de diferentes contextos e enfatizando que não existe uma política única dada a heterogeneidade da dinâmica da pobreza rural.

À luz da Agenda 2030, Carolina Trivelli (Instituto de Estudos Peruanos) analisa os ganhos recentes e os desafios remanescentes na redução da pobreza rural e na realização dos ODS na América Latina. Os ODS também são um ponto-chave no artigo de Ian Scoones (Instituto de Estudos de Desenvolvimento), que propõe a estrutura de Meios de Vida Rurais Sustentáveis como uma abordagem para medir o progresso dos ODS em todo o mundo.

Maya Takagi e Ana Paula O Campos (FAO) apresentam os principais componentes de uma estratégia multissetorial para a redução da pobreza rural. Em seu artigo, elas argumentam que a coordenação entre as diferentes partes interessadas e a participação das próprias pessoas pobres das áreas rurais são componentes políticos necessários para essa estratégia.

Os dois artigos seguintes enfocam a resiliência e a exclusão. Marygold Walsh-Dilley (Universidade do Novo México) aborda a construção de resiliência frente aos choques climáticos e aos desastres naturais para reduzir a pobreza e a desigualdade nas áreas rurais.

Ben McKay (Universidade de Calgary) descreve como a exclusão estrutural de pessoas pobres dos direitos ou controle sobre os recursos naturais prejudica sua capacidade de sustentar os meios de subsistência rurais.

Taneesha Mohan (Instituto do Meio Ambiente de Estocolmo em York) e Amanda Flaim (Universidade Estadual de Michigan) discutem como o acesso e o controle de recursos podem promover fluxos migratórios mais inclusivos como último recurso para as populações rurais e apresentam recomendações para o aproveitamento da migração como uma força produtiva para a redução da pobreza rural.

A proteção social é outro importante tema relacionado à redução da pobreza rural. Andre Allieu, Ana Paula O Campo e Natalia Winder Rossi (FAO) descrevem as barreiras explícitas e implícitas enfrentadas pelas populações rurais no acesso à proteção social.

Por sua vez, Simon Blondeau, Juan Garcia-Cebolla e Margret Vidar (FAO) escrevem sobre como uma abordagem baseada nos direitos humanos permitiu que muitas políticas e programas fossem implementados em áreas rurais, desde o direito à alimentação até o direito ao trabalho. Eles descrevem as maneiras pelas quais as abordagens baseadas em direitos podem ser usadas nas estratégias de redução da pobreza rural.

Jill Bernstein (consultora independente), Nancy Johnson (Conselho Independente de Ciência e Parceria, CGIAR) e Aslihan Arslan (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, FIDA) usam as metas dos ODS como uma estrutura para avaliar os ganhos obtidos até o momento na redução da pobreza rural. Elas fornecem uma estrutura ampla para a coleta de dados adicionais sobre as relações entre os investimentos no desenvolvimento agrícola e rural e seu impacto potencial sobre os ODSs.

Raquel Tebaldi (IPC-IG) e Ana Paula de la O Campos (FAO) destacam como a proteção social é uma área de política pública que tem mostrado potencial para reduzir a pobreza rural. Como as necessidades específicas das mulheres rurais têm estado sistematicamente ausentes no desenho de muitas políticas de proteção social, os autores identificam os principais gargalos nessa questão.

Encerrando esta edição, Youjin B. Chung (Clark University) identifica as limitações da resposta política comum para a promoção de equidade de recursos por meio de reformas individuais de propriedade, enfatizando como o foco nas relações de gênero pode reformular o debate sobre meios para combater a desigualdade e a pobreza.

FONTE: [https://ipcig.org/pub/eng/PIF44 Rural poverty reduction in the 21st century.pdf](https://ipcig.org/pub/eng/PIF44_Rural_poverty_reduction_in_the_21st_century.pdf)



ONU disponibiliza US\$ 125 milhões para crises humanitárias subfinanciadas

O Fundo Central de Resposta a Emergências, Cerf, da ONU disponibilizou US\$ 125 milhões para crises subfinanciadas no mundo.

O anúncio da verba recorde foi feito pelo subsecretário-geral para os Assuntos Humanitários, Mark Lowcock, e destina-se a dar apoio a resposta a 13 emergências cujo financiamento é considerado muito baixo.

Urgência

Em nota, o Escritório da ONU de Assuntos Humanitários, Ocha, explica que esta é a maior alocação na história do Cerf “possibilitada pela crescente generosidade e diversidade de doadores.”

Lowcock considera que esta verba “é uma tábua de salvação para milhões de pessoas que vivem em crises em todo o mundo, onde o nível de sofrimento é alto, mas o financiamento permanece criticamente baixo”.

O chefe humanitário explicou que sem estes fundos não será possível garantir que as populações tenham acesso a água limpa, abrigo, proteção, apoio nutricional, assistência alimentar e outras necessidades.

O financiamento vai permitir que as Nações Unidas e os parceiros humanitários mantenham operações críticas de ajuda nos Camarões, Chade, Colômbia, República Democrática do Congo, Djibuti, Haiti, Honduras, Madagascar, Níger, Palestina, Tanzânia, Uganda e Ucrânia. No total, mais de 9 milhões de pessoas serão apoiadas.

Foi também definida a utilização destes recursos em quatro áreas específicas, que têm sido negligenciadas.

Projetos

De acordo com o Ocha, mais de meio milhão de mulheres e meninas receberão apoio na área de violência de gênero e perto de 400 mil pessoas terão acesso a cuidados de saúde reprodutiva.

Um total de US\$ 24 milhões serão investido em projetos, ajudando mais de dois milhões de pessoas que precisam de proteção imediata em 10 países.

Mais de US\$ 7 milhões apoiarão os esforços de educação para mais de 150 mil crianças em países como Camarões, Chade, Colômbia, República Democrática do Congo, Madagascar, Níger e Ucrânia.

Financiamento

O Ocha revelou que mais de 350 mil pessoas que vivem com deficiência, em todos os países, irão também beneficiar do financiamento do Cerf.

O subsecretário-geral destacou que estes US\$ 125 milhões “são um catalisador fantástico para os esforços de resposta nos 13 países, mas cobrem apenas as necessidades mais prioritárias de 9 milhões das 28 milhões de pessoas que precisam de assistência humanitária.”

O representante agradeceu a todos os Estados-membros e doadores que tornaram possível esta nova ronda de financiamento.

FONTE: <https://www.unocha.org/>

FONTE:[https://news.un.org/pt/story/2019/04/1668071?utm_source=ONU+News+-](https://news.un.org/pt/story/2019/04/1668071?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=a451ca051e-)

[+Newsletter&utm_campaign=a451ca051e-](https://news.un.org/pt/story/2019/04/1668071?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=a451ca051e-)

[EMAIL_CAMPAGN_2019_04_13_12_05&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-a451ca051e-105027597](https://news.un.org/pt/story/2019/04/1668071?utm_source=ONU+News+-+Newsletter&utm_campaign=a451ca051e-EMAIL_CAMPAGN_2019_04_13_12_05&utm_medium=email&utm_term=0_98793f891c-a451ca051e-105027597)

Mestrado em Risco, Desastres e Resiliência

Descrição

Os alunos irão aprender e explorar a caracterização, quantificação, gestão e redução de riscos, bem como desastres e seus impactos associados, a partir de uma ampla gama de perspectivas científicas, técnicas, sócio-econômicas, políticas, ambientais, éticas e culturais. Através desta abordagem multidisciplinar, os alunos ganham experiência na análise de desafios complexos, permitindo que eles se tornem futuros líderes que impulsionam a mudança de políticas e a inovação.

Os alunos realizam módulos no valor de 180 créditos. O programa consiste em seis módulos principais (90 créditos), dois módulos opcionais (para o valor combinado de 30 créditos) e um projeto de pesquisa independente (60 créditos). É também oferecido um Diploma de Pós-Graduação (120 créditos, seis módulos principais e dois módulos opcionais, mas nenhum projeto independente), nove meses em tempo integral, meio período de dois anos.

Áreas de assunto

- Ciências físicas e sociais dos perigos naturais e antropogênicos
- Compreender a vulnerabilidade
- Construindo resiliência
- Quantificando o risco
- Abordagens holísticas multidisciplinares
- Gerenciando desastres

Requisito de Admissão

Normalmente, um mínimo de um diploma de bacharel superior de segunda classe do Reino Unido em uma disciplina relevante ou uma qualificação no exterior de um padrão equivalente. Disciplina relevante é qualquer ciência, incluindo ciências sociais, ou qualquer assunto de humanidades.

Se a sua formação não tiver sido conduzida no idioma inglês, você deverá demonstrar evidências de um nível adequado de proficiência em inglês.

Informações específicas do país, incluindo detalhes de quando os representantes da UCL visitam sua parte do mundo, podem ser obtidas no site de Estudantes Internacionais.

Cobertura geográfica

Global

Duração

Tempo integral: 1 ano

Meio período: 2 anos

Procedimento de aplicação

Os aplicativos devem ser feitos através do sistema principal de aplicativos UCL.

Bolsa de estudos

Por favor, visite a página de bolsas para mais informações.

Taxa de matrícula e custo

Por favor, visite a página de propinas para mais informações.

Prazo final para aplicação

26 de julho de 2019

Contato

Se você quiser mais informações sobre os cursos de pós-graduação no Instituto de Risco e Redução de Desastres, ou se deseja discutir o procedimento de inscrição, entre em contato com [Rosanna Smith](#).

II FÓRUM DE GESTÃO DE DESASTRES

DESASTRES URBANOS CAUSADOS PELA ÁGUA

27 DE 2019
MAIO
13H AS 21H



INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

<https://www.even3.com.br/desastresagua>

LOCAL:

Newton Paiva

Centro Universitário,

Complexo Silva Lobo.

Av. Silva Lobo, 1730

Grajaú, Belo Horizonte/MG.

 **Newton**

Quem se prepara, não para.

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>